

## CONTRABANDO: O JOGO DO JOGO\*

*Ana F. Piedade Lavado\*\**

### **Da memória construída à memória preservada**

Falarei do contrabando numa perspectiva da memória, sob a forma de histórias de família, contadas e recontadas até se tornarem parte integrante das personagens que as viveram, tornando-se indissociáveis delas. São as histórias vividas pelos avós e pelos pais – mortos ou vivos – mas que lhes conferiram e conferem ainda, uma dimensão especial, de marginalidade quase heróica porque diferente; uma dimensão diversa e aventureira da vida dos indivíduos.

---

\* Este texto resulta de uma investigação que iniciei na sequência de uma viagem (excursão) a Ceuta e a Espanha, em princípios dos anos noventa. Por um puro acaso deparei-me com uma situação de “pequeno contrabando” assumida tanto pelos protagonistas como pelo promotor da viagem como perfeitamente normal e do domínio público, na comunidade onde viviam (freguesias de dois concelhos do Distrito de Setúbal). Travando conhecimento com alguns elementos do grupo, não foi difícil estabelecer uma relação que permitisse a recolha de informação acerca das práticas de contrabando mantidas pelo grupo.

Olhei para a questão do contrabando e da fronteira com os olhos de quem já então, vinha a privilegiar as questões do lúdico em geral e o jogo em particular, como objecto de estudo. Não passou daí. Entretanto, no decurso de uma investigação que se reportava à actividade lúdica como forma de reprodução social e aprendizagem, tendo em conta os mecanismos postos em acção na transmissão da memória, ao nível das manifestações lúdicas, que decorreu entre 1999 e 2004, numa freguesia do concelho do Barreiro, voltei a confrontar-me com a questão dos enganos como forma de jogo. Uma vez mais no que ao contrabando dizia respeito, mas não só.

Ainda durante o ano de 1999, aconteceu em Allariz (Galiza) um Curso de Verão, no qual participei, cujo tema era precisamente o Contrabando. Produzi, então uma comunicação relativa a esta temática, após ter travado conhecimento com novos informantes. Então como agora, abordei a questão do contrabando como uma forma de jogo dentro do jogo, ligando-o com as questões da memória. O presente texto resulta, assim, não de uma investigação aturada sobre o tema do contrabando, mas de um interesse antigo ao qual, de resto, atribuo cada vez mais importância – o jogo dos enganos como forma de jogo.

\*\* ESE de Beja /IPB; CEEP – FCSH/UNL; CESP-ESEB/IPB

Recordam-se, através das vivências dos familiares e amigos, os conhecimentos agora inúteis e inoperantes de rotas e esconderijos por onde passaram mercadorias e onde eram escondidas, os truques usados e as melhores maneiras de cativar as autoridades, dando, aqui e ali as “luvas” da praxe. E recordam-se as sensações – de medo, de satisfação, de competição e o sabor a jogo<sup>1</sup> que o contrabando tem nas fugas, nos encontros e nos desencontros entre contrabandistas e autoridades.

As histórias ligadas ao contrabando fazem parte de uma memória intrínseca a cada um dos indivíduos que as ouviu, à parte mais subjectiva e construída da sua memória, porque para além de informações inclui sentimentos e laços muito fortes entre as pessoas. Constituem memórias que constroem personagens à luz de sentimentos e em que nalguns casos, as personagens se constroem a si próprias, enquanto participantes na acção.

As memórias dos indivíduos – que eles têm de si, dos outros e da sociedade onde existem e das que não conhecem a não ser de ouvir dizer, pelos olhos e memórias de outros, existem como um todo, uno e diversificado, onde cada uma é recorrente ou ponto de partida para outra, como eixo contínuo traduzido por histórias que formam a história, lendas, fábulas, objectos, gestos e técnicas e estratégias usadas pelos contrabandistas. Todos estes aspectos atravessam e fazem parte da vida dos indivíduos e são por eles referidos quando falam de si, do que são e da vida que é a sua – ou que eles vêem como sendo a sua. O modo como são olhados pelos concidadãos, a valoração positiva ou negativa que estabelecem relativamente aos actos cometidos, é social e culturalmente filtrada pelas circunstâncias de quem olha.

O contrabando parece ser universal, no sentido de atravessar espaços e tempos como uma actividade de cariz económico mas simultaneamente como um desafio a todas as regras legisladas pelos que cobram impostos, tornando-se assim uma actividade marginal, praticada por indivíduos que fogem, eles próprios, à regra. Indivíduos que assumem o risco, como actividade quotidiana e norma reinventada na sua margem, como modo de vida – único ou combinado com outro que, frequentemente, e sobretudo lhe serve de disfarce.

---

<sup>1</sup> Considero o contrabando como uma forma de jogo, na medida em que se inclui nas categorias que Roger Caillois propõem para o lúdico em geral e para o jogo em particular, analisadas a partir da atitude do jogador. Creio incluir-se, sobretudo, na categoria de simulacro (Mimicry), já que o contrabandista não apenas engana as autoridades e o estado, como pontualmente se diverte encarnando uma personagem. Simultaneamente, existe uma competição entre as autoridades, cuja missão é evitar o contrabando e aqueles que o praticam (Agon); uma submissão dos contrabandistas ao acaso e à sorte – cada saída é um risco (Álea) – e uma sensação de risco em que os seus sentidos estão mais alerta do que no quotidiano “normal”, pelo que o organismo sofre maiores descargas de adrenalina, à semelhança do que se passa com a prática, por exemplo, de desportos radicais (Illinix).

Nos casos referidos pelos informantes – trata-se de “pequeno contrabando” – esta prática visa, essencialmente, complementar outros rendimentos, geralmente parcos, associados à agricultura, à prestação de serviços pouco qualificados ou pequeno comércio.

“Quando era novo, também andei metido nisso do contrabando, pois claro. Naquele tempo, quem queria ter uma vidinha mais ou menos, tinha que trabalhar muito e eu trabalhei muito, muito; mas então, não chegava. Eram muitas bocas para dar de comer e às vezes nem uma sardinha p’ra três. Era o que havia, brôa com brôa e pão com dentes!”

(V. G., n.1913, agricultor, ex-contrabandista)

Nas terras do Barroso, por exemplo, esta prática serviu durante muito tempo, como complemento à agricultura e pecuária. Fazia-se, sobretudo, contrabando de volfrâmio para Espanha e, ainda, contrabando de pessoas – indivíduos que por razões várias passavam a fronteira “a salto”, para chegar a França e à Alemanha. Durante a Guerra de Espanha, nos anos trinta do século passado, passava-se para o lado de lá, café e tabaco, adquiridos a preço de mercado pelos contrabandistas portugueses. No entanto, a par destes produtos, contrabandeava-se carne, feijões, grão e até mesmo ovos e, nestes casos, a margem de lucro obtida revertia integralmente para o contrabandista, já que era ele o produtor das mercadorias transaccionadas.

Da raia da Beira Baixa – Quadrazais é disto exemplo – passavam-se escondidos na roupa de trabalho – roupa trapeira – o tabaco e o café, raros no tempo de guerra e adquiriam-se em Espanha, a contrabandistas espanhóis, sedas e perfumes, que ocupavam agora o lugar deixado vago pelos outros produtos.

Diferentes tipos de contrabando estão associados às memórias, bem como do modo como o jogo surge neste contexto e as especificidades e características que adquire. Os exemplos que aqui surgem têm origem em declarações feitas por informantes com conhecimento directo (e prática desta actividade) ou com conhecimento indirecto da actividade (familiares próximos de indivíduos que a praticaram). Se o contrabando é uma necessidade em alguns casos, noutro surge como um complemento da subsistência, mas perfeitamente dispensável e noutros ainda, como um aspecto puramente lúdico<sup>2</sup>.

O contrabandista vive permanentemente na fronteira entre a liberdade e a clausura, correndo o risco da perda – da mercadoria, do dinheiro, da sua própria liberdade e da sua vida. No entanto, o seu estatuto de marginal face à

---

<sup>2</sup> Casos em que os contrabandistas já quase não obtinham lucro com a actividade ou não necessitavam do dinheiro assim obtido para sobreviver, contrariamente ao que lhes acontecia no passado. Faziam-no, segundo os relatos, apenas pelo prazer de enganar as autoridades.

lei e ao trabalho dos outros homens e mulheres, não o torna, modo geral (dependendo das regiões geográficas e da conjuntura política, económica e social) num indivíduo que “não interessa a ninguém”, mas sim numa espécie de herói que afronta o estabelecido e ousa jogar-se enquanto indivíduo, por inteiro, no grande jogo do bem e do mal; do desespero por melhores condições de vida ou apenas no maior jogo de todos – o desafio às fronteiras territoriais e legislativas estabelecidas por outros. Em última instância, desafia-se a si próprio, testando a sua capacidade de resistência física e mental/moral, tanto ao percorrer as rotas do contrabando, como nas fugas que frequentemente é obrigado a encetar, quer ainda, quando é capturado.

As memórias dos acontecimentos constituem um processo de encadeamento tal, que se tornam recorrentes – como palavra puxa palavra, assim recordação puxa recordação – pelo que o acto de rememorar se organiza como suporte, como estrutura do acontecimento lembrado. Mas, sendo cada sociedade constituída por múltiplas e diversas memórias de grupo – as memórias colectivas – que enformam a memória geral – memória social – pode haver diferenças no que concerne à rememoração. De facto, para além das memórias colectivas e da memória social, o investigador depara-se, numa primeira instância, com memórias individuais e neste sentido, a idealização e a demonização dos indivíduos e dos acontecimentos, tornaram-se pistas para analisar esperanças frustradas ou medos escondidos. A fantasia da “reconstrução” dos acontecimentos, contribui para a influência dinâmica do mito – público e privado – e para a construção de grupos de “heróis” e de “homens diferentes”.

### **A construção do mito**

Entre mitos públicos e mitos privados existem distinções. A maior divergência entre mitos é, no entanto, a que os torna positivos – a idealização – e a que os torna negativos – a demonização. Deste modo, o mundo surge dividido entre a imagem do bem absoluto e a do mal absoluto – uma forma clássica de lidar com os medos quotidianos. Paralelamente, esta é uma maneira eliminar as barreiras entre o que é ideal e o que é real, através da exortação e veneração do ideal. A alternativa a isto, é olhar para o extremo oposto, para uma projecção dos medos inconscientes do que provavelmente somos. Rejeitar ou depreciar mitos positivos, é, contudo, menos comum do que a tentativa de os incorporar através da auto-idealização, da qual temos tantos exemplos na nossa memória pessoal (Thompson, e Samuel, 1990).

O contrabandista pode “actuar” sozinho ou em grupo, embora a segunda forma seja mais comum, uma vez que permite um apoio em muitas regiões indispensável para a prossecução dos objectivos traçados.

“(...) A gente costumava trazer pouca coisa de cada vez porque trabalhávamos com uma senhora de Elvas que estava nas casas de banho em Badajoz – a gente e outros.

(...) Ela ficava lá com as coisas e ia trazendo aos poucos. Em coisa de uma semana passava tudo para este lado e a gente ou ia outra vez de excursão e trazia a mercadoria depois da fronteira, ou alugava um táxi até Elvas ou íamos de combóio ou de camioneta para trazer as coisas. (...)”

(L. C. F., 73 anos, contrabandista)

É obvio que a maioria dos contrabandistas pode ser encontrada nas zonas de fronteira, no entanto as redes de distribuição dos produtos multiplicam-se ao longo dos territórios, como se pudesse estabelecer-se uma categoria de contrabandistas “internacionais”, outra de contrabandistas “nacionais” e outra, ainda de contrabandistas que passam a mercadoria para ambos os lados da fronteira e no país de origem estabelecem circuitos de venda que percorrem até essa mesma mercadoria se esgotar.

“(...) a minha avó era de Quadrazais (...). Ia a Espanha – ainda me lembro de gavetas cheias de isqueiros, peças de fazenda, muito tabaco, etc. – e depois vendia a mercadoria em grandes cestos, em Montreal e mais tarde em Coimbra, onde a minha mãe e as minhas tias estudaram e ela viveu (...).

Em Coimbra, na rua onde ela morava, quando eu, os meus irmãos e as minhas primas brincávamos todos e alguém perguntava quem nós éramos, havia logo quem dissesse que éramos as netas da contrabandista! Por isso, um dia eu entrei em casa a perguntar à minha mãe o que era “contrabandista”. A minha mãe riu-se, mas a minha avó ficou danada da vida! A velha ficou mesmo danada!

Era giro porque – soube mais tarde – a minha mãe e as minhas tias depois da escola e já mulheres, ajudavam-na na venda. Andavam de porta em porta e quando havia feiras, vendiam nas feiras (...)”.

(M.M. declarações de uma neta de uma contrabandista que exerceu esta actividade entre os anos 10 e 50 do séc. XX, aproximadamente)

“(...) vivo na Margem Sul. Costumo ir à Espanha e a Ceuta. Tenho clientes certas que vão pagando a prestações (...).Vendo a muitas senhoras nos empregos delas(...). A gente vai lá quando junta uma quantas clientes que valem a pena, senão nem chega p’rá passagem... Vou eu, o meu marido e a minha filha ou a minha neta. Às vezes eu levo o engodo, levava, que agora a gente passa as coisas e eles já não ligam; de Ceuta para Espanha é que a gente às vezes tem que pagar, mas olhe... as clientes pagam um bocadinho mais para a ajuda

(...) Olhe, cheguei muitas vezes a ir a Setúbal e à Moita e a Palmela, que há lá muito dinheiro, e ao Montijo, fazer vendas, mas já se sabe, as de lá vendem mais (...).”

(M.R. actual contrabandista, n. 1923. Iniciou a actividade há cerca de 45 anos)

A ideia que com alguma frequência se tem de que o contrabando era apenas efectuado de Espanha para Portugal ou vice-versa é absolutamente falsa. A regra de ouro da rentabilidade de uma actividade deste tipo, no caso dos contrabandistas da zona da raia, consistia em passar de Portugal para Espanha o máximo de produtos vendáveis e na mesma viagem, passar de Espanha para Portugal igualmente o máximo de produtos vendáveis, maximizando lucros e minimizando os riscos. Refiro-me, nestes casos, ao contrabando de fronteira feito a pé, a cavalo ou de burro, de bicicleta ou de barco, atravessando os vaus de rios em zonas pouco profundas.

“A minha avó era do concelho de Moura. (...) e trazia contrabando de Espanha – também levava coisas para lá, mas eu isso não sei – trazia tabaco, café, roupas, peças de tecido, que cá se vendiam bem e eram caras... tudo dentro de um alguidar com roupa suja por cima. Punha o alguidar à cabeça e passava a fronteira por um caminho muito conhecido, às claras (...).”

(B.M. declarações de uma neta de uma contrabandista que exerceu esta actividade entre os anos 30 e 40, aproximadamente)

O contrabando dos tempos mais próximos e sobretudo praticado a partir de zonas que não são de fronteira, em que as mercadorias são maioritariamente passadas de combóio, autocarro, camionetas e automóveis, reveste-se já de características diferentes, pois não interessa senão ir a Espanha ou a Ceuta buscar mercadorias que estejam na moda, não sendo prática dos “pequenos” contrabandistas de agora (até à abolição das fronteiras nos países da U.E.)<sup>3</sup>, introduzir num país estrangeiro, produtos para aí vender, embora esporadicamente, tal possa acontecer.

“(...) A gente ia a pé quase sempre, mas os que tinham cavalo eram quase sempre o ‘engodo’, quer dizer, largavam algumas mercadorias para os guardas apanharem e depois fugiam. Quem tinha burro, levava o burro, para trazer as coisas mais pesadas, mas eu nunca levei, que se fosse apanhado podia ficar sem ele (...).”

<sup>3</sup> Actualmente assiste-se à prática de pequeno contrabando vindo sobretudo de Marrocos. Não sendo um país da U E, está suficientemente perto para ser tentador e oferece produtos facilmente escoáveis – jóias e bijuteria, peças cerâmicas e mesmo alguns tapetes.

“(…) A gente levava vinho para os espanhóis e trazia panos e carne. Depois quando eles estiveram em guerra, aquilo era uma desgraça, chegavam a não ter nada p’ra comer e era a gente que levava até roupas e peixe seco. Passámos muitas vezes bacalhau, presunto, chouriços, outras vezes eram eles que passavam a fronteira para cá vir buscar comida (…).”

(V. G., N.1913, agricultor, ex-contrabandista,  
concelho de Idanha – a –Velha)

“(…) ia nas excursões e trazia papel de parede e relógios de Espanha, de Ceuta e de Andorra. Cheguei a ter os braços cheios de relógios, era até as braceletes darem com os elásticos que a gente metia. Ia sempre com a minha mulher e depois começámos a vender blusões de cabedal e fatos. A certa altura começámos a levar para lá turcos – toalhas e panos (…).”

(L. C. F., n.1926, contrabandista)

Este facto fazia com que contrabandistas portugueses e espanhóis fossem indesejados pelas autoridades dos dois países e só deixassem de correr efectivamente riscos no fim de cada jornada, quando indivíduo ou indivíduos e mercadoria se encontravam a salvo.

Os contrabandistas e os representantes da autoridade de cada um dos países em que eles agem, jogam entre si o espaço das fronteiras e do limite territorial, assumindo importância determinante nas fugas e neste grande jogo, a terra de ninguém, esse espaço de segurança e de margem onde não se pode perseguir ou atacar quem foge e ainda não é para estes absolutamente seguro – ele é no fundo, o espaço do compromisso.

### **A questão espacial e o conceito de fronteira**

A questão espacial é intrínseca ao conceito de jogo, afinal uma transformação/ representação/ritualização. O jogo do contrabando, como a esmagadora maioria dos jogos dos adultos, é praticado em espaços restritos e confinados – as rotas – com denominações e características muito próprias. Sendo um jogo real (no sentido dos riscos serem sérios e verdadeiros e não simulados como numa actividade puramente lúdica e fantasiosa) num mundo real, os conceitos de “invasão” e de “defesa” do(s) espaço(s) são com alguma frequência conducentes a actos e comportamentos de violência. Os indivíduos passam a defender, através da violência ou melhor dizendo de violências, o seu espaço vital, o seu território – contrabandistas por um lado, autoridades, por outro – mas ao mesmo tempo, defendem as suas conquistas enquanto indivíduos e grupos e, conseqüentemente, uma concepção de mundo.

“(...) Esse acabou por levar um tiro, dum guarda, o homem teve que se defender. Se ele quisesse tinha apanhado mais, mas não, o homem defendeu-se. (...)”

(V. G., n.1913, agricultor, ex-contrabandista, Idanha-a-Velha)

A própria vertente lúdica do contrabando compreende a da sublimação da violência ao ser assumida pelos participantes como uma actividade em que desempenham um papel e representam uma personagem; em que podem ter que se mostrar enquanto outros no modo de agir e na relação que estabelecem com o próprio corpo. Os conceitos de grupo e de território, proporcionam terrenos de aprendizagem, geradores de mais ou menos angústia em função do grau de conhecimento que detêm desse mesmo território e das rotas que devem seguir para desempenhar o seu papel em segurança. Quanto maior for esse conhecimento das rotas a seguir e dos esconderijos a usar, maior a probabilidade de o “jogador” ganhar à “equipa adversária” e consequentemente dominar a regra e a transgressão.

Neste jogo como noutros – da guerra, por exemplo – quem ousa desafiar os limites e as fronteiras, sejam elas políticas, espaciais ou de si próprio, conquista a dimensão heróica e sagrada, passando a condição de prisioneiro e a morte a ser encarada pelo grupo a que o indivíduo pertence, apenas como uma modificação de estado e ‘status’.

Para dar expressividade à marcação territorial e o valor de acto ilegal ao contrabando, é necessário que todos os jogadores saibam as regras pelas quais devem reger-se, pois só assim o transgressor pode assumir-se e ser assumido como tal.

A capacidade de desaparecer ou fazer desaparecer o seu rasto, escondendo-se ou escondendo objectos, dá ao indivíduo a perspectiva da mutabilidade e das diferentes relações que pode manter com o espaço e com o seu próprio corpo. Descobre e inventa novas relações com o espaço e novos espaços que suportam códigos diferentes; que correspondem a diferentes esferas do universo espacial.

Hoje a noção de fronteira mantém, obviamente muitos dos elementos do passado, mas é qualitativamente diferente. Altera-se com a ideia de que grande parte da Europa se assume como um todo, por isso à ideia de fronteira de país, alia-se outra mais alargada – a do Espaço Schengen e UE.

Tradicionalmente as fronteiras são espaços de delimitação – política, económica, social, cultural – e de separação, logo de oposição entre territórios vizinhos, construtoras de identidades e de alteridades. Desde sempre as relações de fronteira entre países têm sido objecto de lutas mas também pontos de passagem entre territórios que podem cooperar entre si. São disto exemplo, os movimentos pendulares casa-trabalho das gentes fronteiriças



que transformam esta linha de separação em espaço relacional, em ponto de passagem, ao qual conferem uma centralidade local e regional, isto é uma dimensão e um significado oposto ao que lhes é dado pelo centro de decisão – Lisboa no caso português – para quem são encarados como espaços periféricos e, em termos simbólicos, potencialmente numinosos.

A reconfiguração do conceito de fronteira a que se assiste na actualidade, passa por quatro grandes eixos – a fronteira económica (UE), de segurança (NATO, UEO), de circulação (Schengen) e cultural (relacionada com o conceito de comunidade e de identidade). O seu papel tradicional de delimitador e uniformizador da história e da identidade de um povo, alarga-se na certeza de que embora se mantenham os limites territoriais, entrar e sair de um conjunto de países – circular – e fazer entrar e sair deles bens até há pouco tempo taxados, é possível e perfeitamente legal. A identidade é ainda local, regional e nacional mas é já, também, transnacional.

De repente, o contrabando mais do que se legaliza – deixa de o ser, dentro do contexto em que era praticado. A circulação de mercadorias é possível, tal como a de pessoas, de tal modo que a fronteira geralmente justificada pela história e por ela sacralizada – porque conquistada a palmo, à custa de sangue e pela guerra – deixa de ser lugar que assegura a inviolabilidade do território de cada país pelo “outro”, para passar a ser um território aberto. Um território que embora “nosso” é também do “outro”, permitindo eventuais influências externas no domínio do exercício da soberania.

A fronteira é o “lá” para as populações da(s) centralidade(s), um espaço periférico que vai sobrevivendo como vai sendo possível. As suas populações são simultaneamente o garante da territorialidade e o seu fim, encaradas frequentemente como miscigenadas – nos termos, no parentesco, nas tradições. Para quem lá vive é o “cá” construído e delimitado face ao território nacional e ao espaço de circulação, transnacional; um espaço que se conquista a cada momento pela ocupação que dele se faz e em função do tempo a que se recua. Neste sentido, (re)define o limite de vizinhança entre identidades diferenciadas e salvaguarda um espaço de intervenção identitária.

## **Corpos construídos**

As “artes” ligadas ao contrabando, constituem importantes memórias sociais, uma vez que se transmitem de geração em geração, com uma pureza e uma fidelidade quase totais, sofrendo apenas adaptações contingentes, relativas às alterações do vestuário, da paisagem e das inovações tecnológicas (factores importantes para esconder as mercadorias, por exemplo). A base de actuação e de transmissão de conhecimentos, não obstante, mantêm-se.

“(...) a gente passava muita coisa vestida e no corpo. O pior foi uma vez que a minha mulher foi à apalpadeira e foi apanhada. Nem com a roupa dela ficou... e se ela trazia coisas! Uma data de combinações, soutiens e cuecas iguais, umas vestidas por cima das outras e outras dobradas, ‘tá a ver, metidas no meio. Paciência! E ainda pagámos uma conta calada. Já viu gente muito magra a passar contrabando?! Pois ‘tá claro que não! Quer dizer, até podem ser magras, mas quando passam a fronteira as mulheres são todas avantajadas e barrigudas ou então estão grávidas! É a vida! (...)”

(L. C. F., n. 1926, contrabandista)

O corpo como veículo de contrabando, apresenta aspectos curiosos, pois adapta-se, na sua forma, às mercadorias que passa. Torna-se mais gordo ao passar roupas ou droga em pacotes presos à cintura, junto ao ventre e no peito, sobretudo no caso das mulheres; engravida ao passar, dentro de almofadas, entre desperdícios de algodão, relógios, pulseiras, anéis...; eleva-se tornando-se mais alto, ao assentar sobre sapatos com fundo falso onde pedras preciosas e pequenas jóias são transportadas. E muda; muda de forma e de aspecto ao serem-lhe acrescentados adereços que passam pelas cabeleiras postiças, barbas e bigodes, lentes de contacto de cores diferentes, etc., etc....num outro nível de contrabando que transcende em muito o que analisamos e que se reveste de características diferentes. Não obstante, corpo e roupa, independentemente do tipo de contrabando em presença, tem uma importância enorme nos actos de esconder e passar mercadoria e não poucas vezes, na imagem do próprio contrabandista quando é ou não detectado – o não levantar suspeitas, discreto, ou pelo contrário, o “engodo”, preparado para ser apanhado e fazer com que outros possam escapar, jogando-se enquanto indivíduo possuidor de um corpo, no grande jogo das farsas, das mascaradas, das aparências e dos enganos.

Abordar a face lúdica do contrabando enquanto jogo de avanços e recuos, investidas e fugas é entendê-lo como um real que se apresenta aos indivíduos que o praticam como quotidiano e aos que estão “de fora” como uma opção “extra vida normal”, conferindo ao contrabandista um estatuto especial na comunidade onde se insere, construindo-se à sua volta, com frequência, uma dimensão “mitificada”.

## **Identities de Grupo**

Pertencer ao grupo, estabelecer com ele diferentes relações e ser “especial” no interior da comunidade e dele próprio, implica ter um código de honra e respeitá-lo. Em função do grupo e por causa do grupo, os indivíduos reagem de um modo por vezes diferente do que reagiriam individualmente.

Muitas lutas de indivíduos que praticavam o contrabando no interior de um grupo alargado, se estenderam ao grupo, já que ao provocar ou retaliar sobre um indivíduo que lhe pertença é equivalente à provocação ao todo. Assim é frequente que seja o próprio grupo a incitar o indivíduo a responder, sobretudo se se tratar de uma provocação lançada por um qualquer bando rival ou por um adversário, que nestas circunstâncias é quase sempre um elemento da autoridade – neste sentido, o contrabando é, igualmente, uma forma de resistência: ao estabelecido, à lei, à ordem, às regras económicas dos países.

A conduta do indivíduo provocado ou de algum modo desafiado, não vai representá-lo apenas a ele, mas a todo o grupo e sabendo como sabemos que as redes de contrabando eram formadas por indivíduos que mantinham laços familiares entre si, a sua conduta reflectia igualmente a honra e o estatuto da família.

“(…) Já sou velha e estou cansada. Vou passar isto à minha filha e às minhas netas.”

(M.R., n.1923)

O bando, nestes casos, não implica uma organização complicada ou de grande dimensão. É antes, um grupo organizado de indivíduos de estratos sociais idênticos, geralmente associados entre si através de relações familiares ou vicinais, mas sempre de reciprocidade. O bando pode funcionar – e funciona a maior parte das vezes – como forma de ascensão social, na medida em que implica um aumento de proventos.

O contrabando implicava poder confiar em iguais, reconhecidos e reconhecíveis como honrados, logo como não traidores. O facto de os indivíduos manterem entre si relações de grande proximidade, fossem elas familiares ou de amizade, eram uma garantia em si mesma de sucesso da actividade, perenização e manutenção do grupo em termos de estatuto interno e de reprodução desse mesmo grupo. Simultaneamente, as rotas do contrabando e os esconderijos usados eram um bem e uma herança familiar.

“O meu irmão (...) era caçador e dizia que tinha mais cheiro que o cão e era verdade; ele cheirava os guardas quando o vento estava de feição. Salvou muita gente de ser apanhada e a mim também (...).

(...) vivos, naquela altura éramos seis irmãos, já tinha morrido um homem e duas mulheres com a pneumónica, e andávamos os cinco homens na vida do contrabando. A gente ia-se encobrendo uns aos outros e as nossas mulheres e as dos outros do grupo. Uma vez íamos todas outras não.”

(V. G., n.1913, agricultor, ex-contrabandista, Idanha-a-Velha)

Situação bem diferente é a dos contrabandistas que agem sem qualquer apoio de grupos. Quando existe ou se se considera à margem do grupo, só ele tem a ver com a sua segurança e com a sua defesa; com a sua vida em sentido figurado e em sentido real. Ser solitário na actividade do contrabando é ser duplamente marginal, ainda assim, deparámo-nos com dois casos desta natureza

A manipulação que o indivíduo faz do corpo e das noções de honra e vergonha face a contratempos com as autoridades, define estatutos e lideranças no interior do grupo e entre grupos, gerando respeito e acumulando honra ou, por outro lado, gerando desrespeito e vergonha no grupo e para o grupo. Neste sentido, a adopção de estratégias que permitem a realização do contrabando, podem ser vistas como uma forma de jogo, extensível aos diferentes níveis da vida dos indivíduos.

Uma vez mais, neste jogo como noutros, como em todos, deixar uma afronta por vingar implica cobardia; fugir da batalha seja ela qual for, é um acto de medo e portanto, desonroso. Aqui, a relação com o corpo é de grande importância, para além de suporte e para além do gesto. Ele é utilizado enquanto invólucro; como algo que se atira para a frente sem se medir as consequências; apenas como meio para atingir um valor ideal.

Outro aspecto importante do corpo, prende-se com as juras que muitas vezes se fazem. Se há quem jure só por jurar, pouco se importando com o que a jura significa em termos de honra, quando são apanhados com mercadoria que tentam esconder, não raramente no seu próprio corpo; outros há que fazem questão em manter um jogo dentro de outro – jurar algo que é mentira, mas de dedos cruzados. Joga-se o corpo com o corpo e a falsidade; jurar de dedos cruzados e faltar à palavra dada, não tem nada de mal, uma vez que a intenção verdadeira é oposta à intenção expressa. O corpo, suportando o gesto, combina-se com a palavra, exercendo um efeito simbólico e mágico; um jogo entre o expresso e a intenção.

Se se entender a honra como o vértice de uma pirâmide de valores sociais, constata-se facilmente que este conceito separa os indivíduos em dois grupos distintos – os possuidores de honra e os não possuidores de honra. Neste contexto, a honra tem a ver com a personalidade social dos indivíduos que desempenham um papel e com os papéis que eles desempenham, relativamente ao grupo em que se inserem e à sociedade a que pertencem. A memória quer individual quer do grupo, pereniza os indivíduos em função das suas acções, tornando-os símbolos do grupo, ou pelo contrário negando-lhes esse estatuto em função de comportamentos menos correctos ou menos justos e, por isso, de alguma maneira desonrosos para a família, grupo e comunidade.

“A minha avó era conhecida como a “contrabandista”, mas ficava danada quando ouvia chamarem-lhe assim – corria atrás daquele mulherio todo para se ‘atirar’ a elas!

Ela devia ser meia cigana e daquelas que abanavam o sistema... uma mulher de armas! (...)"

(M.M., neta de uma contrabandista)

"(...) O chefe era o (...), mas ele era ruim, gostava de fazer mal (...)"

(V. G., n. 1913, agricultor, ex-contrabandista)

"(...) Quando encontrava um guarda nunca fugia; metia conversa com ele, com uma grande lata e por isso nunca foi apanhada... As outras foram presas algumas vezes.(...)"

(B.M. declarações de uma neta de uma contrabandista que exerceu esta actividade entre os anos 30 e 40, do séc. XX, aproximadamente)

Os sentimentos de honra e desonra relativamente aos indivíduos são com alguma frequência visíveis nas alcunhas que lhes são atribuídas e que podem simultaneamente constituir o seu "nome de guerra", o qual influencia, muitas vezes o seu estatuto no interior do grupo. (ex: Contrabandista, Candongueira, Cigano, Gato, Enguia, Toupeira, Velho, Espanhol, Espanhola, Chefe,...)

A alcunha é, nestes casos, um modo de estabelecer relações de pertença a um grupo – a alcunha só pode ser usada pelos membros daquele grupo relativamente aquele indivíduo, embora toda a comunidade saiba da sua existência e o trate assim se não estiver na sua presença ou na de algum membro do grupo a que o indivíduo pertence. Pode ainda acontecer que um mesmo indivíduo tenha duas alcunhas – a que adopta em termos de grupo ou que este lhe atribui e a que lhe confere a comunidade mais alargada onde também se move (um indivíduo pode, enquanto contrabandista ser conhecido por uma alcunha relativa à coragem, esperteza ou falta dela e na comunidade mais alargada, pela profissão que exerce).

## Hierarquias e liderança

Em termos de contrabando, verifica-se com alguma frequência que as hierarquias correspondem a formas específicas de dominância entendida como condição de supremacia de um indivíduo em relação a outro(s) no interior de um grupo restrito ou alargado. A dominância é visível a vários níveis, como, seja a idade, o género, as características físicas e de personalidade. Dos casos com que nos deparámos, a idade em termos de chefia do grupo aparece como um factor importante, ao qual não será alheio a experiência ao lidar com as situações, o conhecimento de rotas e esconderijos, muitas vezes conhecidas apenas do chefe e dos seus eleitos (geralmente

familiares muito próximos ou amigos íntimos) ou homens de confiança e das próprias autoridades e modos de lidar com elas. De referir, igualmente, que embora a escolha da chefia se possa dar por escolha do grupo, geralmente é passada directamente pelo chefe cessante ao chefe vindouro (com alguma frequência de pais para filhos ou de tios para sobrinhos).

É vulgar que os grupos de contrabando<sup>4</sup> sejam formados por homens e mulheres, geralmente da mesma família, mas normalmente as mulheres não lideram, a menos que estejamos em presença de uma matriarca, normalmente viúva, preferencialmente de um contrabandista ou cujos progenitores tenham tido um elevado estatuto no meio. Pode acontecer, no entanto, e aconteceu de facto, que no caso da captura dos homens que chefiavam o grupo, a direcção do mesmo fique a cargo de uma mulher, não raramente a mulher do chefe.

É relevante o facto de num mesmo grupo de contrabando relativamente fixo em termos de elementos que o compõem, poderem emergir líderes diferentes consoante a situação que se apresenta. A emergência de situações temporárias de liderança prende-se sobretudo com características físicas, éticas, intelectuais ou de personalidade dos indivíduos – calma e rapidez de raciocínio perante o perigo efectivo ou potencial, bem como capacidade de dissimulação quer de sentimentos quer no sentido de desempenhar o papel mais apropriado em cada uma das situações.

Seja como for, o líder tem, sempre como principal função proteger o grupo, usufruindo ou podendo usufruir de benefícios em troca dessa protecção. Os benefícios, contudo, diferem em função do tipo de líder. Tanto podem aparecer líderes que fazem frente às autoridades, sem concessões do tipo “luvas” e entrar em guerra aberta com o poder, ou pelo contrário, tentar arranjar uma solução de compromisso com as autoridades, o mesmo é dizer com o poder, e caso a caso, acordar uma percentagem a pagar sobre os produtos contrabandeados ou a contrabandear, ou mesmo uma parte desses produtos. Normalmente as regras eram estabelecidas com o resto do grupo, havendo porém como em todos os processos de liderança, líderes mais ou menos autoritários; mais ou menos contestados; mais ou menos honrados.

“O chefe era o (...), mas ele era ruim, gostava de fazer mal mesmo aos guardas que deixavam a gente passar, que sabiam como a gente vivia, que tinha mulher e filhos e as territas não davam p’ró gasto. Esse acabou por levar um tiro, dum guarda, o homem teve que se defender.

(...)Depois o chefe passou a ser o (...), que esse era como a gente, era pobre e precisava!

(V. G., n. 1913, agricultor, ex-contrabandista)

---

<sup>4</sup> Reporto-me, obviamente, apenas aos casos narrados pelos informantes.

Ser especial significa manter com os demais da comunidade – os que mandam, os que punem, os que denunciam e os que obedecem – uma relação dúbia de controlo/dominância/fuga/obediência/cumplicidade que se traduz e reproduz em memórias sociais, laços de parentesco e compadrio.

### **Reprodução e perenização dos grupos**

A manutenção dos grupos é feita pelo processo de substituição dos que morrem de facto ou “para a actividade” devido à idade ou a problemas físicos. Os velhos, no entanto, perpetuam-se no grupo e no tempo, pois são eles quem organiza a reprodução do grupo – escolhendo os membros que o irão constituir e transmitindo o conhecimento dos lugares, caminhos, rotas seguras, esconderijos, aliados e indivíduos passíveis de serem “calados”.

Se muitos contrabandistas fazem desta actividade um modo de complementar rendimentos escassos ou têm neste modo de vida a única via de subsistência, outros há que já não precisando ou nunca tendo precisado, o fazem apenas pelo prazer de correr riscos. Nestas circunstâncias, o contrabando não assume características pontuais de jogo mas é encarado pelos próprios participantes como uma actividade lúdica, como o seu grande divertimento que não é apenas jogo na fuga das autoridades ou na passagem da fronteira ou, ainda, no acto de esconder mercadorias. É muito mais que isso; é um estado permanente de divertimento, uma grande brincadeira que pontualmente se transforma em jogo. O indivíduo vai estabelecendo, ele próprio, as regras à medida da sua capacidade de se divertir – vai decidindo quando contrabandear e o que contrabandear (há quem se tenha arriscado por meia dúzia de sacos de caramelos e um pacote de café para consumo próprio).

A finalidade do lúdico é a superação do indivíduo por si próprio. Através do lúdico o indivíduo testa-se e conquista-se a si próprio, preparando-se a cada momento, para a integração em segmentos da sociedade pelos quais opta. Jogando por jogar, encarando o jogo como um fim em si mesmo, integra-se numa ordem cósmica e confere-lhe uma significação oculta e sagrada, na sua relação com o mundo.

O contrabando, encarado sob o ponto de vista do jogo, dá satisfação a todo o tipo de ideais comunitários, situando-se numa esfera superior aos processos puramente biológicos. Contribui para a prosperidade do grupo social; enquanto retorno porque memória, mesmo chegado ao fim permanece; é transmissível e transmitido; torna-se tradição e pode ser repetido a qualquer momento, como ritual; gera heróis e impõe uma ordem nova e diferente no mundo, num tempo e num espaço específicos.

Os empregos que se arranjam do lado de lá da fronteira ou as famílias que se estabelecem, constituem fortes motivações para a prática disfarçada

do contrabando. Deparámo-nos com duas histórias curiosas que se prendem com o contrabando que era feito por duas pessoas que trabalhavam em Espanha – um homem e uma mulher.

A mulher passou, durante mais de trinta anos contrabando para Espanha e para Portugal, dentro de alguidares de roupa que trazia à cabeça e em cima de um burro, pois dizia-se lavadeira e trabalhava para pessoas do lado português e do lado espanhol da fronteira. De facto, trabalhava como lavadeira, mas apenas como disfarce, pois a sua subsistência e dos seus era assegurada pelo contrabando. Sempre teve o cuidado de não vender nada na aldeia onde vivia, antes passando a mercadoria a outros que possuíam os seus próprios mercados, longe, na cidade. É visível uma estratégia clara da colocação dos produtos no mercado, que difere das práticas habituais. Esta mulher, viúva desde muito nova e com filhos pequenos, era encarada como uma mulher séria, honesta, honrada e muito trabalhadora, assegurando exclusivamente com o esforço do seu trabalho, a sobrevivência do agregado familiar. Jamais dependeu de alguém para além de si e nunca pensou “dar padraço aos filhos”<sup>5</sup>, o que só foi possível por ninguém saber do “seu pequeno segredo”, pois caso contrário, *“era presa fácil p’rós bêbados da aldeia e outros assim... haviam de dizer que mais valia essa má sorte que ser mulher da candonga ... a gente bem sabe que em muitos sítios os homens andavam nessa vida e todos sabiam e até lhes comparavam coisas, mas ali não. Naquela aldeia não era assim ... as mulheres não se metiam nisso. (...) o que é verdade é que todas nós – somos 4 raparigas – e o mais novo pudemos estudar. O mais velho, ainda fez o liceu, mas já era adulto (...) ainda novito ajudou muito a nossa mãe.”*

Bem diferente é o caso, relatado por uma neta, de uma mulher, que se fingia lavadeira, que com outras mulheres da sua aldeia, formava um bando:

“A minha avó era do concelho de Moura. Ia a Espanha com outras mulheres da aldeia dela (...) Fingia que era lavadeira e parece que nem na aldeia toda a gente sabia da vida dela. Ela era “lixada”; chegou a enganar ciganos! Uma vez o meu avô, que não era nada assim, foi buscar pano de fazenda a ciganos espanhóis, para vender fora da aldeia e enganaram-no! Aquilo não prestava para nada e tinha sido caro. Então ela foi lá e conseguiu trazer parte do dinheiro que ele tinha dado, tecido de melhor qualidade e quase o dobro da quantidade!

Ela parece que fazia negócio com muita gente deste e do outro lado da fronteira. Se calhar conseguiu enrolar os outros porque também lhes levava coisas daqui, não sei.

---

<sup>5</sup> De acordo com as palavras de uma das filhas.



Por aquilo que me lembro dela, era capaz de enganar meio mundo sem se “desmanchar” (...)

(B.M. declarações de uma neta de uma contrabandista que exerceu esta actividade entre os anos 30 e 40, aproximadamente)

O homem trabalhava como jornalista em terras de Espanha e todos os dias passava a fronteira de bicicleta, transportando não raramente volumes considerados suspeitos. Algumas vezes revistado, nunca se encontrou em situação irregular, não fora o que as autoridades nunca descobriram – frequentemente a bicicleta saía nova e regressava velha, embora da mesma cor e com a mesma matrícula...

### **O contrabando como prática de tempos difíceis**

Se sempre existiu contrabando de ambos os lados da fronteira, períodos houve em que este tráfico se agudizou, já durante o séc. XX. Isto aconteceu durante o princípio do século e até à implantação do Estado Novo, durante a Guerra Civil espanhola e durante as duas Guerras Mundiais, quando as populações dos dois estados vizinhos procuravam colmatar dificuldades entre si.

Um caso específico de contrabando que tinha lugar nas zonas costeiras, foi narrado por um dos informantes:

“(...) Ainda cheguei a ouvir o meu [avô] contar que durante as guerras se fazia muito contrabando e se passavam produtos para o mercado negro. Durante a 1.<sup>a</sup> Guerra, entravam em Portugal produtos através dos navios mercantes que deixavam as mercadorias em barcos de pesca. (...) eram portos de descarga (...) venda a mercearias e as pessoas compravam nas mercearias, era o mercado negro. O que entrava eram os bens mais procurados – os bens de consumo, o feijão, a manteiga, as peças de tecido, a farinha branca (a farinha dos ricos) e o sabão e saía o vinho.

As mercadorias eram passadas para embarcações mais pequenas, de pescadores daquelas bandas e depois eram escondidas em adegas, debaixo de algumas rochas que formavam uma espécie de grutas (...).

(...) durante a 2.<sup>a</sup> Guerra, o meu pai conta que se lembra de ver passar os produtos dentro de sacas – fazia-se contrabando de carvão, lenha, sabão e produtos alimentares, sobretudo carne e barricas de manteiga. Talvez não saiba que os aliados e os alemães, ao largo aqui da costa, faziam contrabando entre eles, mesmo dos navios de guerra. Como éramos país neutro, eles aproveitavam isso e faziam, contrabando ente eles.(...)”

(J. L., ex-despachante de alfândega, filho e neto de Guardas Fiscais)

Neste tipo de contrabando, as autoridades assumiam por vezes um duplo papel – eram simultaneamente autoridade e cúmplices ou mesmo contrabandistas. Eram-no ao ignorar quem apanhava as mercadorias que davam à costa, fruto dos navios abatidos em águas internacionais e quando serviam de intermediários no contrabando que aliados e forças do eixo faziam entre si.

“(...) Depois, nessa altura, davam à costa muitos objectos, provenientes dos navios torpedeados e por lei, todos os objectos arrojados pelo mar eram considerados pertença do Estado. Os objectos eram recolhidos pelas autoridades e mais tarde leiloados na alfândega. Todos os populares que fossem apanhados a recolher objectos nestas condições eram considerados contrabandistas, mas a maior parte dos guardas não queria saber disso; os populares apanhavam o que podiam e eles também.(...)”

Os intermediários eram os populares e os próprios guardas fiscais. Pouco tempo antes de entrar para a Guarda, o meu pai ainda lhes passou coisas. No sítio onde o meu pai e o meu avô estavam, Peniche, as mercadorias eram quase todas passadas de barco, pelo menos a fase mais perigosa era feita de barco.(...)”

(J. L., ex-despachante de alfândega, filho e neto de Guardas Fiscais)

Era, assim, importante para o contrabandista, ter um conhecimento aprofundado não apenas das rotas a seguir e dos esconderijos a utilizar, mas também de quem subornar, como e com quanto. As autoridades encarnavam a duplicidade, jogando-se também elas num jogo perigoso – perante os contrabandistas com quem mantinham uma relação dúbia em termos de denúncia/captura, perante a população não contrabandista em geral, para com os seus pares, os que entravam no jogo e os que não entravam e perante os seus superiores hierárquicos.

As relações entre autoridades e contrabandistas variam no tempo e consoante as regiões. Se por vezes como foi referido, havia alguma condescendência ou mesmo cumplicidade, noutros casos as regras eram inflexíveis. O modo de agir das autoridades prendia-se por vezes, com a pressão a que estavam sujeitas por parte das chefias. Assim, com alguma frequência, “quem não os apanhava, era porque comia com eles”. Esta ideia faz com que muitos agentes de um e de outro lado da fronteira fossem particularmente agressivos.

“Quando a gente vai muitas vezes, os guardas começam a conhecer a gente e depois parecem cães à procura de mercadoria p’ra ganharem algum também, já se vê. Não são todos, mas alguns parecem cães.

Não sei porquê, do meu marido não desconfiam tanto. Não sei se agora é porque quem anda nestas vidas somos mais a gente, as mulheres, porque

tá a ver, o meu marido só vai de vez em quando porque ele trabalha. Eu é que não, quer-se dizer, ando nesta vida que também não é pêra doce, não julgue, que eu tenho tido grandes sustos e até já perdi dinheiro; o que é é que isto vai dando umas p'rás outras...”

(M.R., n.1923)

Havia outrora como hoje, produtos interditos a alguns contrabandistas, nomeadamente tudo o que se relaciona com armas, munições e drogas. Estes produtos, mais do que os métodos usados no contrabando, definiam o carácter do contrabandista não só perante as autoridades e os não contrabandistas, mas entre eles próprios, dividindo-os, segundo a sua concepção da actividade, entre “bons” e “maus”.

Era um jogo que não se jogava apenas entre grupos, mas também no interior dos próprios grupos, assegurando, simultaneamente que, enquanto tal, pudessem reproduzir-se mais facilmente e manter-se estáveis.

### **A legitimação da transgressão**

Ao dar-se voz às lembranças e à memória – a voz das histórias contadas – às culturas e grupos minoritários, reconhece-se o valor das culturas faladas e, no caso presente, dos grupos de margem. Geralmente, falar de contrabando é falar de relações com a justiça, de casos julgados, de grandes redes que traficam, cada vez mais, carne humana, armas, munições e drogas, e, ainda e sempre, bebidas alcoólicas e tabaco. Em suma, é falar de criminalidade que opera em grande escala ao nível da economia paralela e contra a lei.

Aqui, fala-se de margem, de uma ilegalidade composta por pequenos delitos olhados pelos olhos da indulgência e do entendimento de que nem todas as leis são para respeitar, desde que não se faça mal a ninguém. Isto é, afronta-se o poder – a guarda e o estado – mas a concepção de quem o faz é que está a dar aos seus uma vida melhor e, neste sentido, desde que não haja mortos, a prática do contrabando encontra legitimação não apenas no seio do bando que a leva a cabo, mas também – e é isso que constitui a sua grande força – nas comunidades onde existe. É, ainda hoje, nas localidades onde foi fundamental nas vidas das pessoas, uma forma de agregar indivíduos em torno de uma família, de um bando, de uma personagem, passando como memória e fomentando identidades – toda a memória se estrutura em identidades de grupo. Partindo deste princípio, a prática do contrabando é do domínio da memória colectiva.

Por isso, ao recuperar-se as histórias contadas para fazer a história, há que aceitar o desafio de (re)introduzir a emoção, os medos e as fantasias que a metáfora da memória encerra.

Neste sentido, deve entender-se cada depoimento como construção da consciência e da memória, enfatizando a variedade da experiência nos grupos sociais e simultaneamente assumindo que cada história é modelada por uma cultura comum (Samuel e Thompson, 1990; Augé, 2001, Bertaux, 1981). Assim, os acontecimentos familiares ou sociais, evocam-se com base num tempo interior, num tempo de relação entre o indivíduo, as suas experiências, percepções e emoções, portanto num tempo que pode confundir-se com o tempo passado, vivido e contado por outros que o antecederam.

Ao falar-se de memórias dos indivíduos, fala-se de memórias individuais, privadas, mas também das memórias colectivas, tradutoras de uma sociedade que reproduz cultura(s), tempo(s), e espaço(s), porque o indivíduo não existe só por si mas entre os outros, perante eles como perante si próprio e em última instância, perante as memórias dos outros; que eles partilham consigo, como ele indivíduo, partilha as suas com os outros.

As memórias individuais existem enquanto produto e produtoras de relações com os outros, com factos, com fenómenos sociais que se encaixam formando um todo coerente, perspectivado e apreendido de modo diferente por cada um dos indivíduos que são detentores das memórias “aprendidas” e apreendidas relativamente à realidade “real” e/ou vivida, mas, ainda assim, apresentadas e reproduzidas num quadro de relações sociais – os quadros sociais da memória.

Uma vez destruídos os suportes materiais da memória, os caminhos da ‘recordação consequente’ – entenda-se passagem das recordações a outros – ficam bloqueados, perdendo-se-lhes o rasto. A memória, para recordar, necessita de interlocutores, de lugares e de objectos bem como de estruturas (familiares e/ou sociais) em que possa apoiar-se para fazer sentido, para deixar de ser apenas lembrança, recordação (individual ou de um grupo restrito) e passar a constituir-se como um acervo colectivo, como memória social. Daí a importância que tem vindo a ser dada à possibilidade de musealizar um acervo considerável de objectos relacionados com esta prática, desde que os objectos sejam compreendidos como aspectos que permitam evocar a recordação, como pretexto para perenizar a memória cristalizada nas histórias que ainda se vão contando.

A cumplicidade estabelecida entre os diferentes indivíduos que partilham o contrabando, torna-os parceiros de jogo, conferindo-lhes um estatuto equivalente e possibilitando entre eles, uma relação de troca simétrica. De resto, a cumplicidade é factor determinante para que a estratégia do contrabando resulte, pois só assim se mantém, perpetua e valida no seio dos grupos e das comunidades.

**Bibliografia**

- Almeida, Onésimo (1994) «Portugal and the Concern with Nacional Identity», *Bulletin of Hispanic Studies*, LXXI, pp. 155-163
- Bergson, H. (1993/1939), *Matière et Mémoire*, PUF/ Paris.
- Bertaux, D. (org.), (1981), *Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences*, Sage 23
- Bourdieu, P. (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, P. (s/d), *A Economia das Trocas Simbólicas*, S. Paulo, Editora Perspectiva.
- Callois, Roger (1958;1990), *Os Jogos e os Homens*, Lisboa, Edições Cotovia.
- Candau, J. (1996), *Anthropologie de la Mémoire*, Paris, PUF.
- Canela, Rafael Andolz (1988), *La Aventura del Contrabando en Aragón*, Zaragoza, Mira Editores
- Chris, Ferry (1998), “Zonas Rurais na Fronteira da Reestruturação Territorial: Terceira Itália ou Quarto Portugal?” in *Ensino, Empresas e Território: Actas do IV Encontro Nacional da APDR*, Associação Nacional de Desenvolvimento Regional, Coimbra, 1998, pp.89-105
- Connerton, Paul (1993), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Col. O Passado no Presente, Celta Editora
- Dias, A. Jorge (1993), *Estudos de Antropologia*, 2 vol., Lisboa, INCM.
- Diaz, J. A. Perales (1998), “Fronteras y Contrabando en el Pirineo Occidental” in *Cuadernos de Antropología-Etnografía*, n.º 17 (1998) p. 127-136
- Duvignaud, Jean (1980), *Le Jeu du Jeu*, Paris, Ballard
- Edwards, D. (1994), “La construction sociale de la mémoire”, *La Recherche*, n.º 267, Julho / Agosto, 1994, vol. 25, pp. 742-745.
- Eliade, Mircea 1957 *Mythes, Rêves et Mistères*, Paris, NRF, Gallimard
- Fentress, J., Wickham, C. (1992), (1994), *Memória Social*, Lisboa, Teorema
- Fremont, Armand (1980) *A Região, Espaço Vivido*, Coimbra, Livraria Almedina
- Gil, J. (1980), *Metamorfoses do Corpo*, A Regra do Jogo, Lisboa.
- Godinho, Paula (s.d.), “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da Raia Transmontana”, in *A Trabe de Oro – Publicación Galega de Pensamento Crítico*, n.º 22, Tomo II, Ano VI, pp. 209-222
- Godinho, V. M. (1974), “Noções Operatórias na Abordagem Global das Sociedades”, in *Memoriam António Jorge Dias*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/ Junta de Investigações Científicas do Ultramar
- Halbwachs, M. (1925), (1994), *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (Paris, Albin Michel, com posfácio de Gérard Namer)
- Halbwachs, M. (1950), (1968) *La Mémoire Collective*, Paris, PUF (prefácio de Jean Duvignaud).
- Hobsbawm Eric e Hill, Terrence (1994), *Invenção das Tradições*, S. Paulo. Paz e Terra.
- Huizinga, Johann (1971), *Homo Ludens: Jogo como Elemento de Cultura*, S. Paulo, Ed. Universidade de S. Paulo
- Landau, J. (1996), *Anthropologie de la Mémoire*, Paris, PUF
- Ledrut, R. (1990), “L’homme et l’espace”, *Encyclopédie de la Pléiade*, vol. I, Paris, Gallimard, pp. 59-114.

- Leif, Joseph e Brunelle, Lucien (1976), *Le jeu pour le jeu*, Paris, Librairie Armand Collin
- Lhote, Jean-Marie (1976), *Le Symbolisme des Jeux*, Paris, Berg International
- Lowenthal, D. (1985), *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press
- Mattoso, José (2003), *Identidade Nacional*. Lisboa. Gradiva.
- Marchueta, M.<sup>a</sup> Regina (2002), *Conceito de Fronteirada Época da Mundialização*, Lisboa. Ed. Cosmos.
- Namer, G. (1987), *Mémoire et Société*, pref. de Jean Duvignaud, Paris, Meridiens Klincksiek.
- Nora, P. (1986), “Entre Mémoire et Histoire “ em Pierre Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard.
- Peristiany, J. G. (org.) (1965) (1988), *Honra e Vergonha – Valores das Sociedades Mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.<sup>a</sup> ed.
- Poirer, Jean; Clapier-Valladon, Simone e Raybaut, Paul (1995) *Histórias de Vida – teoria e prática*, Col. Métodos e Técnicas, Oeiras, Celta Editora
- Raphaël, F. (1980), “Le travail de la mémoire et les limites de l’histoire oral”, *Annales ESC*, Jan-Fev.
- Ribeiro, A. de Sousa (2001) «A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira” in Boaventura Sousa Santos (org.) *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* Porto. Afrontamento.
- Ricoeur, Paul (1987 a), *Teoria das Interpretações*, Lisboa, Edições 70
- Ricoeur, Paul (1987 b), *Indivíduo e Poder*, Lisboa, Edições 70
- Samuel, R.; Thompson, P. (org.), (1990), *The Myths We Live By*, Londres, Routledge.
- Sobral, J. M. (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, ICS.
- Thiesse, Anne-Marie (2000), *A criação das identidades nacionais*, Temas e Debates. Lisboa
- Thompson, P. (1978), (1988), *The Voice of the Past: Oral History*, Oxford/Nova Iorque, Oxford University Press
- Turner, V. (1969), (1974). *O Processo Ritual*, Petrópolis, Vozes
- Vale De Almeida, Miguel (Org.) (1996), *Corpo Presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*, Oeiras, Celta Editora
- Van Gennep, A. (1909) (1981), *Les Rites de Passage*, Paris, Picard.
- Volf, E. (1982), (1997), *Europe and the People Without History*, Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.
- Wttnnicott, D. W. (1971). *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Editorial Imago.
- Zonabend, F. (1980), *La Mémoire Longue*, Paris, PUF.

## Resumo

Falarei do contrabando numa perspectiva da memória, sob a forma de histórias de família, contadas e recontadas até se tornarem parte integrante das personagens que as viveram, tornando-se indissociáveis delas. Se o con-

trabando em alguns casos é uma necessidade, noutros surge como um complemento da subsistência, mas perfeitamente dispensável e, noutros ainda, como um aspecto puramente lúdico. Encarado sob este ponto de vista, torna-se jogo dentro do jogo, fomentando identidades e alteridades, organizando-se como forma de resistência face ao poder instituído, reproduzindo-se e perenizando-se nos quadros sociais da memória.

**Palavras Chave:** *Contrabando, memória, identidade, jogo.*

### Résumé

Je parlerai de la contrebande dans une perspective de la mémoire, dessous la forme de histoires de famille, comptées et racontées jusque à si devant partie intégrante des personnalités qui avaient vécu elles. Si la contrebande dans certains cas c'est une nécessité, o a complément de subsistance, mais e parfaitement dispensable. ill apparaît aussi comme un aspect purement espiègle. Fait face sous ce point de vue, le jeu devient à l'intérieur de jeu, ill fomenté identités et différences, s'organisant comme forme de visage de résistance à la puissance instituée, se multipliant eux-mêmes dedans images sociales de la mémoire.

**Clef De Mots:** *Contrebande, mémoire, identité, jeu.*

### Abstract

I will speak of the smuggle in a perspective of the memory, in the form of family stories, told day after day until becoming integrant part of the people who had lived them. If the smuggle in some cases it is a necessity, sometimes it appears as a dispensable complement of subsistence. In many cases however, smuggle seems to be a game. From this point of view, it is a game witch exists inside of the game, building identities and differences, organizing itself as form of resistance towards the instituted power. It becomes memory and lives in the memory of the social groups of a community.

**Key Words:** *Smuggle, memory, identity, games.*